



Homenagem

Anamatra homenageia o juiz do Trabalho Rubens Curado

▶ PÁGINA: 19



Entrevista

Entrevista com líder do Governo na Câmara, Cândido Vaccarezza

▶ PÁGINAS: 4 e 5



Anamatra lança na Câmara dos Deputados a quarta edição de sua Agenda Político-Institucional

A quarta edição da Agenda Político-Institucional da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) foi lançada no dia 14 de abril, em solenidade realizada na Câmara dos Deputados, que contou com o apoio da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) da Casa.

A solenidade foi prestigiada por diversos parlamentares, entre eles, o primeiro vice-presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), o deputado Vicentinho (PT-SP), que representou o presidente da CTASP, o senador José Nery (PSol-PA), vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, e o secretário da Reforma do Judiciário adjunto, Roger Lorenzoni. Diversos dirigentes da Anamatra e integrantes do Conselho de Representantes da entidade também participaram do lançamento, além de outras autoridades.

"A Agenda é resultado de um processo de amadurecimento político de nossa categoria, que só há quatro anos passou a ser traduzido em um documento. Acreditamos que seja importante deixar na bancada dos parlamentares quais são as posições e opiniões da magistratura do Trabalho sobre os mais diversos temas", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, em sua saudação. O magistra-



Foto: Arquivo Anamatra

do também falou da dificuldade de atuação dentro do Parlamento, que possui uma técnica peculiar. "Democracia é algo suado, lutado", disse.

O presidente da Anamatra também abordou a temática da publicação. "Em grande medida não atuamos em benefício sequer de nossa categoria e do ponto de vista corporativo. A maioria dos temas relacionados nessa agenda envolve interesses dos trabalhadores e do mundo do trabalho", finalizou, afirmando que espera que a iniciativa contribua para a melhoria do trabalho dos parlamentares.

Entre os destaques desta edição da agenda, como prioridades da

Anamatra, estão: o planejamento estratégico e a gestão judiciária; a política remuneratória da magistratura; a defesa da competência da Justiça do Trabalho e dos direitos e prerrogativas da magistratura trabalhista; a Reforma do Processo do Trabalho; a aprovação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET); a ampliação da estrutura administrativa dos tribunais; terceirização; a redução da jornada; e o combate ao trabalho escravo e infantil; entre outros assuntos.

▶ CONTINUA NA PÁG. 3

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: Luciano Athayde Chaves
(Amatra 21)

VICE-PRESIDENTE: Renato Henry
Sant'Anna (Amatra 15)

SECRETÁRIA-GERAL: Maria de Fátima
Coelho Borges Stern (Amatra 5)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ibrahim Alves
da Silva Filho (Amatra 6)

DIRETOR FINANCEIRO: Antônio Neves de
Freitas (Amatra 3)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Nélie Oliveira Perbeils (Amatra 1)

**DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS
JURÍDICOS:** Germano Silveira de Siqueira
(Amatra 7)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS:
Ary Marimon Filho (Amatra 4);

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA:
Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira
(Amatra 9)

DIRETORA DE EVENTOS E CONVÊNIOS:
Carla Reita Faria Leal (Amatra 23)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: José Ribamar
Oliveira Lima Júnior (Amatra 10)

DIRETORA DE APOSENTADOS:
Cristina Ottoni Valero (Amatra 2)

**DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS
HUMANOS:** Gabriel Napoleão Velloso
Filho (Amatra 8)

CONSELHO FISCAL: Eulaide Maria Vilela
Lins (Amatra 11), Rodrigo Dias da
Fonseca (Amatra 18) e Narbal Fileti
(Amatra 12); **SUPLENTE:** Vitor Leandro
Yamada (Amatra 14)

CORRESPONDÊNCIAS:

SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000

Na Internet: www.anamatra.org.br
Contato: (61) 3322-0266 / 3321-7388
imprensa@anamatra.org.br

**REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS
RESPONSÁVEIS:** Bárbara Nogueira
(8016/DF) e Viviane Dias (22651/RJ)

MARKETING: Adriana Zetula

REVISÃO: Lunde Braghini (MTB 158/93)

DIAGRAMAÇÃO: Julio Leitão - 99677291

IMPRESSÃO: Mais Gráfica e Editora Ltda

TIRAGEM: 4.800

Carta ao associado



Caros associados:

É muito boa a oportunidade de comunicar-me diretamente com os colegas, os associados da Anamatra!! O jornal permite que seja realizada uma prestação de contas das atividades mais recentes a cada edição, detalhando as suas diversas frentes de atuação.

Posicionando-se de maneira séria e responsável ante os Poderes da nação brasileira, a Anamatra qualifica-se como interlocutora acreditada e importante. O trabalho ético desenvolvido pela entidade fortalece o diálogo confiável, do qual resultam proveitosos encaminhamentos. O mesmo se dá em relação às demais entidades de representação da magistratura e do Ministério Público, organizadas na Frente Associativa. Coordenada no segundo semestre do ano de 2009 pela Anamatra, ali foi amadurecido o entendimento inter-associativo, donde nasceram importantes projetos e soluções também!

Destaco neste número o lançamento da Agenda Político-Institucional 2010 da Anamatra, ocorrido na Câmara dos Deputados. Já em sua quarta edição, a Agenda firma-se como uma referência fundamental para o desenvolvimento das ações articuladas com os Poderes constituídos, permitindo a todos conhecer o que pensa e como age a Anamatra. Estão lançados os fatos presentes e os objetivos a médio e longo prazos da entidade, não esgotando, entretanto, todos os temas em debate.

Também o jornal retrata o esforço da Anamatra para o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço, consistente, nesta etapa, na entrega de defesa do seu restabelecimento ao grupo de trabalho formando no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para estudo da remuneração da magistratura. Importante salientar que o restabelecimento do referido adicional sempre foi bandeira histórica da entidade, e que tudo fará para vê-lo restabelecido, valorizando o fator tempo na remuneração do magistrado. Por outro lado, não se pode olvidar que a criação do referido grupo de trabalho no âmbito do CNJ, ocorrida por su-

gestão da Anamatra e de outras entidades de magistrados, constitui-se, por si só, em importantíssima conquista pois significa o estabelecimento de foro adequado para os debates das questões remuneratórias e previdenciárias da magistratura.

Ainda no âmbito do CNJ, destaca-se o contraponto realizado pela associação à proposta que restringe a aposentadoria de magistrados como medida disciplinar, fórmula urdida para abalar os alicerces da judicatura e contra a qual a Anamatra não poupará esforços. Também o exame crítico levado a efeito da resolução que estabelece os critérios objetivos para a promoção por merecimento dos juízes e acesso aos tribunais de 2º. grau resultou em manifestação levada ao conhecimento do Conselho pela entidade, matéria que mereceu destaque neste número do jornal.

O jornal noticia ainda a criação pela Anamatra de sua "Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário", cujo objetivo é o de avaliar o planejamento estratégico, inclusive as metas, estabelecidos pelo CNJ à luz da necessidade de preservação da vida pessoal e da saúde do magistrado, bens da maior relevância para todos nós. Em outro viés, capacitará a entidade para um diálogo mais técnico e, portanto, mais profícuo, com o CNJ e com toda a sociedade em relação ao atingimento das metas propostas, de resto, sem caráter vinculativo para a magistratura.

Também é destaque neste número a participação da Anamatra na sessão de instalação da comissão especial na Câmara dos Deputados destinada a discutir o fim da contribuição previdenciária para os magistrados aposentados. A iniciativa representa a possibilidade de resgate da situação anterior à Emenda Constitucional nº. 20, quando óbvio, os descontos em prol da Previdência cessavam após o evento aposentação. A atenção dedicada pela Anamatra ao assunto tem por pressuposto o respeito ao princípio da irredutibilidade dos subsídios de ativos e inativos, um dos pilares que sustentam a independência do Poder Judiciário.

Outra atuação importante retratada é o apoio da Anamatra à Amatra 10 (DF/TO) no pleito de arredondamento do cálculo do quinto constitucional, questão que vem sendo debatida no âmbito de diversos tribunais por conta da criação de novos cargos no 2º Grau. A questão prende-se ao argumento de que não deve haver arredondamento para mais quando a composição da Corte não for múltipla de cinco, o que significa a reversão da vaga aos magistrados de carreira.

Por fim, espero que os colegas leiam e aproveitem o jornal apresentado, sentindo o mesmo orgulho pelo trabalho de sua associação nacional de representação!

Boa leitura a todos!

Fátima Stern
Secretária-Geral da Anamatra

Parlamentares exaltam importância da agenda da Anamatra

Fotos: Laycer Tomaz/Ag. Câmara

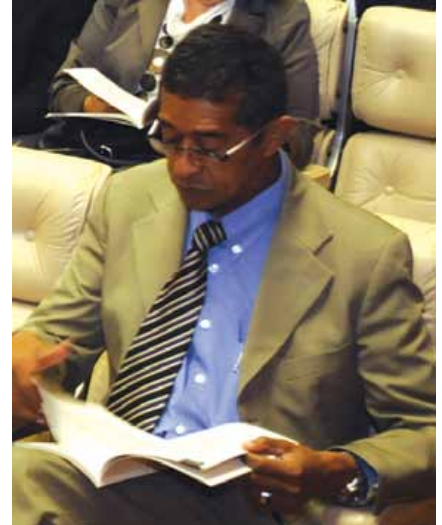


O vice-presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT-RS), ao afirmar que a iniciativa da Anamatra aproxima ainda mais os Poderes Legislativo e Judiciário, saudou a atuação da entidade na defesa dos interesses dos magistrados e dos trabalhadores. "A Anamatra tem uma característica interessante que é a defesa de forma intransigente do interesse da categoria sem se esquecer do Estado. Ela se preocupa com a sociedade, com a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelos servidores e magistrados", destacou o deputado.

A mesma opinião de que a agenda se volta tanto para os direitos dos trabalhadores quanto para os dos magistrados foi compartilhada pelo senador José Nery. O parlamentar des-


tacou ainda a atuação da Anamatra na luta contra o trabalho escravo. "A Anamatra tem sido muito presente nessas causas", afirmou, ao lembrar também do Prêmio Anamatra de Direitos Humanos.


O deputado Vicentinho e Roger Lorenzoni, da secretaria da Reforma do Judiciário, também exaltaram a iniciativa da entidade. O deputado ressaltou a participação da Anamatra nos grandes debates de temas trabalhistas na Câmara, a exemplo das audiências públicas sobre terceirização, assédio moral e redução da jornada de trabalho. Já Roger Lorenzoni destacou a participação da entidade na comissão constituída pelo Ministério da Justiça com o objetivo de discutir a modernização da legislação trabalhista.




DEPUTADO VICENTINHO REGISTRA NA SESSÃO DA CTASP O LANÇAMENTO DA AGENDA

O deputado Vicentinho (PT-SP) registrou durante a sessão da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), também no dia 14 de abril, o lançamento da Agenda Político-Institucional da Anamatra. O parlamentar representou o presidente da comissão durante a solenidade da Anamatra.

"A Anamatra tem sido uma instituição parceira desta comissão de trabalho. Ela tem nos ajudado nas reflexões, sugerindo, ouvindo e opinando. Essa entidade, tão respeitada, tem sido nossa parceira", afirmou o deputado durante a sessão da CTASP, ao ressaltar que a Anamatra é referência na luta pela defesa da dignidade do trabalhador. 



A Agenda

Desenvolvida como um instrumento de informação destinado às entidades participativas do debate público, a publicação reúne o panorama das ações desenvolvidas pela Associação, além de tornar público o pensamento e a posição política da Anamatra a respeito dos temas destacados por todas as esferas do governo e, em especial, no que tange ao Judiciário brasileiro. 

■ Deputado Cândido Vacarezza



“A Anamatra é uma presença permanente na Câmara na defesa dos juízes trabalhistas”

A TV Anamatra entrevistou, no dia 15 de abril, o líder do Governo na Câmara dos Deputados. Cândido Vaccarezza (PT-SP), que falou com exclusividade à Anamatra sobre diversos projetos de interesse da magistratura que estão tramitando na Câmara.

Na entrevista, editada para publicação no Jornal da Anamatra, o parlamentar também falou de sua expectativa com os trabalhos do plenário em ano eleitoral e de seu otimismo quanto à 2ª etapa da Reforma do Judiciário (PEC 358/2005). “Acho mais importante votar a 358 do que coisas esdrúxulas que não existem na Constituição”, ressaltou o deputado.

A íntegra da entrevista está disponível no link da TV Anamatra, no site da entidade – www.anamatra.org.br.

Informativo Anamatra – O senhor é autor do Projeto de Lei 1987/2007, que objetiva fazer uma reconsolidação de todas as leis trabalhistas brasileiras. O projeto está parado desde a apresentação do substitutivo, em março de 2009, que incorporou sugestões apresentadas por um grupo de assessoramento externo, com a participação da Anamatra. Qual a expectativa quanto ao andamento desse projeto?

Dep. Cândido Vacarezza – A minha expectativa era que nós aprovássemos no ano passado. Infelizmente, a reconsolidação das leis não é um trabalho reconhecido ainda pelos deputados, porque, apesar do Brasil precisar, nós começamos isso muito recentemente. Nós tivemos um grupo que foi criado há doze anos, mas ele passou dez anos parado. Eu dirigi o grupo por dois anos e nossa ideia é fazer a consolidação de todas as leis do país, não só das trabalhistas. Nós temos no país mais de 180 mil leis e milhares dessas são colidentes entre si, obsoletas ou colidentes com a Constituição. Isso só atrapalha o trabalho dos operadores de Direito e tira direitos daqueles mais pobres. Só quem perde é a maioria da população, porque torna a justiça mais morosa e cria dificuldades para as pessoas saberem quais são seus direitos e seus deveres. Então, a ideia da consolidação é um projeto que vai dar mais segurança jurídica, ajudar a democracia no Brasil. Sobre a reconsolidação das leis trabalhistas,

essa é emergente. Nenhum trabalhador, se pegar a CLT, vai ter ali seus direitos, pois mais de 200 leis são as extravagantes, fora da CLT. Na CLT há também capítulos obsoletos. Portanto, é urgente a reconsolidação das leis trabalhistas.

Os três poderes da República assinaram neste ano o 2º Pacto Republicano, com o objetivo de aperfeiçoar o Poder Judiciário e as leis. Há diversos projetos tramitando nesse sentido na Câmara, porém sem muita celeridade. Como está o andamento dessas propostas?

Nós estamos vivendo um ano eleitoral em que, infelizmente, a maioria dos deputados e senadores são chegados à demagogia. Temos de ficar atentos para que isso não tome conta das duas Casas. Com isso, perde-se espaço para projetos importantes como esse que você me perguntou. Sou totalmente favorável à gente acelerar e ter usado o peso da liderança do Governo para priorizar os projetos que o Brasil precisa, mesmo que um ou outro tenha desgastes para o Governo ou setores importantes da base aliada. Te-

mos de ter como norte a democracia brasileira e não os interesses específicos eleitoreiros ou eleitorais de um ou de outro deputado.

Há diversas Propostas de Emenda à Constituição aguardando a apreciação do plenário da Câmara. Entre elas, está a PEC 358/2005, correspondente à segunda etapa da Reforma do Judiciário. Qual a expectativa de votação dessa e de outras propostas, tendo em vista que estamos em um ano eleitoral?

Eu acho que nós vamos votar essa PEC esse ano. Nós temos feito muita pressão para levar para a pauta. Eu acho mais importante votar a 358 do que coisas esdrúxulas que não existem na Constituição.



E quanto à tramitação da PEC 210/2007, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos magistrados e membros do Ministério Público?

Sou a favor e tenho defendido, mas acho que essa é uma votação que vai ficar para depois das eleições.

Outra PEC que a Anamatra acompanha é a 555/2006, que analisa o fim da contribuição previdenciária dos servidores inativos, cuja comissão especial foi instalada recentemente. Qual a perspectiva dessa proposta, na visão do senhor?

Eu sou favorável, mas acho que essa proposta precisa de um pequeno ajuste. Trabalhei, inclusive, para instalar essa comissão que estava parada. Essa é uma PEC que nós podemos votar, assim que ela estiver pronta.

O senhor escreveu um artigo em favor da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. O assunto vem sendo muito discutido e tem suscitado críticas no sentido de que o mercado de trabalho não estaria preparado para isso. O senhor acredita que essa mudança, importante, mas não consensual, tem condições de ser efetivada?

Eu tenho trabalhado na Câmara para nós fazermos um acordo entre os empresários e os trabalhadores para, ao longo de um período, nós reduzirmos a jornada de trabalho. Essa jornada foi estabelecida em 1988 e desde então houve um brutal aumento de produtividade e o excedente dessa produção foi apropriado, principalmente, pelos empresários. Quando você reduz a jornada de trabalho, o trabalhador tem mais tempo para o lazer, para se preparar para o trabalho e para estudar. Só que tivemos uma crise no ano passado e temos de pensar o Brasil inserido no mundo, então a gente não pode reduzir a jornada de trabalho de uma só vez, porque isso quebraria o país. Sou favorável, mas precisamos construir um acordo. Propus como acordo o ano de 2016 para chegarmos às 40 horas e até lá fazermos um processo de transição. Não há acordo nem dos empresários nem dos trabalhadores com essa proposta, que não pode ser decidida apenas com maioria ou minoria.

Em sua publicação "Ação Legislativa: Propostas para o desenvolvimento do Brasil", o senhor afirma que seus projetos de lei têm como objetivo a atua-

Temos de ter como norte a democracia brasileira e não os interesses específicos eleitoreiros ou eleitorais de um ou outro deputado

lização da legislação com a realidade social e a desburocratização do estado, promovendo o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a distribuição de renda. O senhor acredita que vem conseguindo esse objetivo?

É muito ruim falar de si próprio. Mas se você imaginar, por exemplo, na desburocratização do Estado, vamos pensar na consolidação das leis, que estava parada há dez anos. Quando eu assumi, nós mudamos completamente esse quadro e o tema passou a fazer parte do debate da Câmara e da sociedade. Quando eu fui deputado estadual, nós conseguimos revogar 13 mil leis e alteramos a Constituição de São Paulo em 54 itens, para atualizá-la, desburocratizando, imensamente, o arcabouço jurídico do estado. Aqui, é mais difícil, nós temos que trabalhar. Em relação ao desenvolvimento econômico, eu sou o líder do Governo que, nos últimos 30 anos, mais contribuiu para isso, para distribuição de renda e criação

de empregos. Quando fui candidato, um dos compromissos que fiz com meus eleitores era de que eu queria ajudar o presidente Lula a fazer um segundo mandato melhor do que o primeiro. E neste segundo mandato eu fui líder da bancada e do Governo. Então a minha avaliação é que os compromissos que eu quero ter como deputado federal vêm sendo cumpridos. E, recentemente, em todos os debates postos na Câmara, meu posicionamento foi sempre visando o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda, mesmo que determinados segmentos se contraponham ou que isso traga prejuízos eleitorais para mim.

Como o senhor vê a atuação da Anamatra no Congresso nos assuntos de interesse da magistratura, a exemplo das questões remuneratórias?

Eu vou falar da Anamatra globalmente. O contato que tive com a Anamatra foi quando me elegi deputado federal. Minha avaliação é extremamente positiva. Quando apresentei o projeto de reconsolidação das leis trabalhistas, a Anamatra teve uma participação ativa, com críticas contundentes, inclusive que me levaram a mudar completamente, em alguns aspectos, a visão que eu tinha sobre determinadas leis. Então a Anamatra teve um papel muito positivo e interferiu na elaboração do relatório final – aquele relatório final é muito superior ao projeto que apresentei –, é um aperfeiçoamento bastante positivo. A Anamatra tem um papel muito importante, além do que a Anamatra é uma presença permanente na Câmara na defesa dos juízes trabalhistas, na defesa do seu segmento. *At*



Anamatra ressalta ao CNJ importância do restabelecimento do ATS

Foto: Glaucio Dettmar/CNJ



O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, entregou no dia 7 de abril, aos integrantes do grupo de trabalho formado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para elaborar estudos e apresentar propostas de medidas relativas à política nacional de remuneração e ao regime de previdência da magistratura brasileira, documento da entidade em defesa do restabelecimento do adicional por tempo de serviço (ATS), conforme dispõe a Proposta de Emenda Constitucional nº 21/2008. A entrega deu-se durante a terceira reunião do grupo, que tem a coordenação do Ives Gandra Filho (foto) e a participação do secretário-geral do CNJ, juiz do Trabalho Rubens Curado, além de dirigentes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

No texto, a Anamatra evidencia a importância da proposta de modificação do texto constitucional, principalmente pela natureza especial das típicas funções dos magistrados e integrantes do Ministério Público, que não possuem a denominada progressão funcional horizontal. "Esse é o ponto fundamental de dissonância com os demais servidores públicos organizados em carreiras, que se distinguem entre si justamente pelo tempo de serviço público prestado à Administração e pela progressão horizontal em classes e padrões pré-estabelecidos em lei", afirma a entidade no

documento, ao explicar que a mencionada progressão horizontal é aplicada a diversas carreiras do Poder Executivo Federal, a exemplo dos auditores fiscais da Receita e do trabalho, das polícias federal e rodoviária, entre outras.

A estratificação das duas carreiras pelas respectivas leis orgânicas e a consequente estagnação das mesmas também é ressaltada no documento, que explica o fato de a progressão vertical só ser possível para magistrados e membros do Ministério Público quando há vacância de um cargo superior. "Os seus membros, independentemente do tempo de serviço prestado, não receberão qualquer aumento até a sua ascensão", alerta a Anamatra, ao ressaltar a necessidade da reinserção, no ordenamento jurídico, do diferencial do adicional por tempo de serviço.

O reduzido número de cargos nos graus superiores das carreiras, bem como o longo período de permanência dos magistrados e membros do MP no exercício das funções, principalmente em função das sucessivas reformas previdenciárias implementadas pelo Governo Federal, também foram peculiaridades apontadas pela Anamatra que dificultam a progressão funcional. "Essa preocupante realidade fática tem causado grande desestímulo aos membros das sobreditas carreiras de Estado, os quais não veem num horizonte próximo a possibilidade de progressão funcional, que em certos Tribunais chega a levar mais de 15 anos", pondera a associação, ao mostrar que inexistem, no caso das duas carreiras, qualquer acréscimo pela antiguidade no cargo.

As vedações às duas carreiras, impostas pelas respectivas leis orgânicas, também foram lembradas no estudo da Anamatra, a exemplo do impedimento ao exercício de outra função pública ou de qualquer outra atividade remunerada salvo uma de magistério superior, bem como ao exercício de funções comissionadas ou cargos de confiança. *A*

CCJ do Senado sinaliza para a instalação de subcomissão para discutir ATS

Os senadores integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal sinalizaram para a instalação de uma subcomissão para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 21/2008, que restabelece o adicional por tempo de serviço como componente da remuneração dos magistrados e dos integrantes do Ministério Público. O objetivo dos parlamentares é ampliar a discussão do tema antes que o mesmo seja incluído na pauta do colegiado.

Na Comissão, a proposta, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), está sob a relatoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que proferiu parecer favorável à matéria no dia 8 de julho do ano passado, ocasião em que foram concedidas vistas coletivas a alguns parlamentares.

O restabelecimento do ATS é bandeira histórica da Anamatra, que acompanha, prioritariamente, a tramitação da matéria. Em 2007, a Anamatra e integrantes da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União – com o respaldo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) –, enviaram anteprojeto à Câmara dos

Deputados com o objetivo de restabelecer o ATS, mas o mesmo acabou sofrendo modificações em seu teor.

Para entidade, o restabelecimento do ATS, extinto ainda em 1999 por medida provisória, evidencia a importância da valorização das carreiras da magistratura e do Ministério Público, que não possuem a denominada progressão funcional horizontal dos demais servidores do Poder Executivo Federal.

"A gestão de pessoas deve implicar, de alguma forma, a valorização do profissional e essa é uma medida importante para garantir o bom desenvolvimento das carreiras", ressalta o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao lembrar também outras peculiaridades das duas carreiras como o longo período de permanência dos magistrados e membros do MP no exercício das funções, o que dificulta a progressão funcional; e as vedações impostas pelas respectivas leis orgânicas, que impedem o exercício de outra função pública ou de qualquer outra atividade remunerada salvo uma de magistério superior, bem como o exercício de funções comissionadas ou cargos de confiança. *A*

Magistrados fazem balanço da gestão do ministro Gilmar Mendes

Os presidentes da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, e da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Fernando Mattos, acompanhados de magistrados trabalhistas e federais, estiveram no dia 14 de abril no gabinete do presidente do então Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

Na ocasião, os magistrados prestaram homenagem ao ministro, que deixaria a presidência do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 23 de abril, e fizeram um breve balanço da gestão de Gilmar Mendes à frente dos dois órgãos.

Entre os assuntos destacados como importantes esteve a Resolução nº 70 do CNJ, que garantiu a participação das entidades de classe e dos juizes de 1º e 2º grau no planejamento estratégico do Poder Judiciário. A realização dos Encontros Nacionais do Poder Judiciário e o encaminhamento do projeto que reajustou os subsídios dos ministros do STF também foram lembrados pelos dirigentes associativos como alguns destaques da gestão do ministro. A questão do orçamento da



Foto: Gervásio Baptista/SCO/STF

Justiça do Trabalho também foi abordada durante a audiência.

“A relação das associações com o presidente do Supremo tem melhorado a cada gestão. Na gestão do ministro Gilmar, houve uma abertura importante, não somente no Supremo, mas também no CNJ. Isso nos deixa bastante felizes, pois mostra que as associações, o Supremo e o Poder Judiciário são, todos, partes e atores de um grande processo político de acesso à justiça”, registrou Luciano Athayde.

Sobre a gestão do ministro Cezar Peluso, que assumiu as presidências do Supremo e do CNJ, o presidente da Anamatra afirmou que tem expectati-

vas positivas. “Acredito que determinadas conquistas institucionais não podem retroceder. O processo de aproximação deve avançar, pois o depoimento que tenho a dar é que todos nós ganharemos com isso”, disse, ao ressaltar a importância do trabalho conjunto com o objetivo comum de ter uma justiça mais acessível e justa.

AGENDA

A visita a Gilmar Mendes também deu oportunidade para Luciano Athayde entregar ao ministro um exemplar da Agenda Político-Institucional da Anamatra 2010 (ver matéria de capa).

Além dos presidentes da Anamatra e da Ajufe, participaram da audiência com o ministro Gilmar Mendes os juizes Luiz Colussi, Virgínia Bahia, Carlos Conte, Gilberto Martins, presidentes das Amatras 4 (RS), 6 (PE), 9 (PR) e 10 (DF e TO), respectivamente, a juíza do Trabalho Áurea Sampaio, vice-presidente da Amatra 1 (RJ), além de dirigentes da Ajufe. *At*

CNJ E CSJT

CNJ examina pedidos da Anamatra sobre revisão da Resolução nº 75 que trata dos concursos públicos para magistratura

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do voto do relator Milton Nobre, decidiu, por unanimidade, na sessão do dia 7 de abril, julgar prejudicado em parte e nos demais pontos improcedentes o pedido da Anamatra sobre revisão da Resolução nº 75 do CNJ.

O ponto que versa sobre o acesso de deficientes a cargo público e, que foi objeto de impugnação da entidade, foi julgado prejudicado em parte, pois já havia sido apreciado na sessão do dia 10 de março, quando o CNJ decidiu alterar dispositivo de forma a afastar a previsão de exclusão prévia de candidato portador de deficiência que deseje participar de concurso público para a carreira da magistratura em to-

dos os ramos do Poder Judiciário Nacional. Com a alteração, a verificação da compatibilidade da deficiência com a atividade judicante será feita apenas no estágio probatório.

Os outros dispositivos questionados pela Associação que foram julgados improcedentes versam sobre sindicância da vida pregressa e investigação social; submissão a exame psicotênico; presunção de inocência; e cursos.

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, afirmou que a entidade estudará a decisão. “Se for o caso, adotaremos medidas judiciais para a preservação dos predicamentos da magistratura, ainda que nessa fase de recrutamento pela via do concurso público”, ressaltou o magistrado. *At*

Associações solicitam ao CNJ parecer contrário à proposta que restringe aposentadoria de magistrados como medida disciplinar

A Anamatra, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) protocolaram, no dia 20 de abril, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedido para que o órgão elabore parecer contrário à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 89/2003, que visa impedir a aposentadoria como sanção disciplinar aos magistrados. O objetivo das associações é oferecer apoio para justificar a rejeição da proposta pelos senadores. A PEC aguarda votação em dois turnos pelo plenário do Senado Federal.

No ofício, as entidades ressaltam que a proposta traz entrave às garantias fundamentais logradas pela magistratura pela Constituição Federal. “Não se pode partir da premissa de que a aposentadoria compulsória, como penalidade administrativa mais grave prevista no atual modelo constitucional, seja insuficiente ou uma espécie de premiação ao magistrado punido”, afirmam, ressaltando que a legislação em vigor – e a própria Constituição Federal – admitem a perda do cargo em decorrência de decisão



Foto: Gláucio Dettmar/CNJ

judicial transitada em julgado. “O magistrado aposentado, dependendo do caso, pode vir a perder o cargo, mediante provocação do Ministério Público, a quem compete propor a ação própria”, explicam.

Para as associações, a aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar consiste em um obstáculo, construído pela história constitucional e da magistratura nacional, para a preservação dos predicamentos dos juizes, em prol da sociedade – para a decretação da perda por atuação administrativa dos tribunais. “Essa perda não pode ser uma decisão apenas de um tribunal, em matéria administrativa, pois essa possibilidade, na praxis jurisdicional, resulta

numa mitigação da independência judicial”, alerta e ressalta o documento assinado pelos presidentes das três entidades, entre eles, Luciano Athayde, da Anamatra.

Para as entidades, impedir a aposentadoria como medida disciplinar representa retrocesso institucional. “É de lembrar que, no passado, essa decretação de perda do cargo pela via administrativa era possível. Foi o constituinte originário de 1988 – que redigiu a Constituição cidadã – que a vedou, em benefício do fortalecimento do Poder Judiciário. A proposta em discussão vai em sentido contrário”, alertam.

ATUAÇÃO DA ANAMATRA

A Anamatra vem atuando pela rejeição da PEC nº 89/2003, desde a sua apresentação no Senado Federal. Mais recentemente, quando da inclusão da proposta na ordem do dia do Senado, a entidade encaminhou aos senadores manifestação contrária da entidade contra a PEC, bem como se reuniu com parlamentares para defender a rejeição da proposta. *A*

Segurança para a Justiça do Trabalho: Anamatra

Foto: Fórum Trabalhista de Barbacena



Processos danificados, em virtude de incêndio criminoso ocorrido no Fórum trabalhista de Barbacena (MG), em 2006

A Anamatra protocolou, no dia 28 de abril, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedido de providências, no qual requer a alteração da Resolução nº 104/2010. O objetivo da entidade é ver incluído no programa de segurança preconizado pelo referido instrumento normativo a Justiça do Trabalho, com seus Tribunais Regionais do Trabalho, Varas e magistrados. O pedido da Anamatra recebeu o número 0002919-40.2010.2.00.0000 e a relatoria do conselheiro Marcelo Nobre.

“Causou preocupação à Anamatra o fato da Justiça do Trabalho não estar contemplada pela referida resolução, mesmo diante de conhecidos incidentes e atos de ameaça e violência envolvendo suas dependências físicas e seus magistrados”, alerta o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao explicar que a Resolução contempla, apenas, os Tribunais Regionais Fede-

Promoção por merecimento: CNJ aprova resolução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por unanimidade, na sessão do dia 6 de abril, proposta de resolução que estabelece critérios objetivos para a promoção por merecimento de magistrados e acesso aos tribunais de 2º grau. Os tribunais brasileiros terão 180 dias para adequação às novas regras.

O texto original, de autoria do conselheiro Ives Gandra Filho, sofreu algumas alterações, propostas pelos conselheiros Jorge Hélio Chaves, Marcelo Nobre e Walter Nunes, que pediram vista conjunta do processo no último dia 23 de março.

Ao apresentar a proposta de resolução, o conselheiro Ives Gandra Filho agradeceu as contribuições dos conselheiros e das associações de classe, a exemplo da Anamatra, que enviaram sugestões à proposta. "As associações colocaram a sua esperança nessa resolução", destacou Ives Gandra. O texto da resolução levou em consideração algumas das 234 sugestões recebidas pelo CNJ, entre elas as da Anamatra, durante os 30 dias da consulta pública sobre o tema, que terminou no dia 22 de janeiro.

A resolução, que receberá o nº 106, prestigia basicamente cinco itens de mensuração na promoção por merecimento: desempenho (aspecto qualitativo da prestação jurisdicional), produtividade (aspecto quantitativo),



Foto: Arquivo Anamatra

presteza no exercício das funções, aperfeiçoamento técnico e conduta pública e privada do magistrado, mensurada pelo Código de Ética da Magistratura Nacional. Cada um dos itens terá valoração mínima, dentro da qual os tribunais estabelecerão as suas notas, atendendo aos subitens.

"Em uma avaliação preliminar, preocupa a Anamatra a inclusão de critérios para avaliação do merecimento, levando em conta quesitos como a disciplina judiciária, a residência na comarca e o número de sentenças líquidas proferidas", pondera o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, ao informar que o Conselho

de Representantes da entidade avaliará a Resolução na próxima reunião e tomará as medidas pertinentes.

Estiveram presentes à sessão do CNJ de hoje o presidente da Anamatra, Luciano Athayde; o vice-presidente, Renato Sant'Anna; o diretor administrativo, Ibrahim Alves Filho; o diretor legislativo, Ary Marimon Filho; o diretor de direitos humanos, Gabriel Napoleão Velloso Filho; Vítor Yamada, integrante do conselho fiscal; Paulo Schmidt, membro da comissão legislativa da Anamatra; além dos presidentes das Amatras 4, 9, 12 e 17, Luiz Collussi, Carlos Conte, Irno Resener e Luís Cláudio Branco, respectivamente. *A*

requer ao CNJ alteração da Resolução nº 104/10

rais e Tribunais de Justiça. "A Justiça do Trabalho merece tratamento isonômico do CNJ nas questões afetas à segurança institucional e pessoal de seus magistrados no exercício de suas funções," completa o magistrado.

No requerimento, a Anamatra fez menção a diversos incidentes de violência envolvendo magistrados do Trabalho e as dependências dos Tribunais e Varas em diversas Regiões do País, que justificam a inserção da Justiça do Trabalho no programa de segurança previsto na Resolução nº 104. Entre os incidentes, estão tiroteios, incêndios criminosos, ameaças de morte, ameaças de bomba e, inclusive, assassinato.

Para a Anamatra, por força da natureza de suas atribuições constituio-

nais e muito particularmente por não ser dotada de competência em matéria criminal, a Justiça do Trabalho sempre relegou suas preocupações na área de segurança a um plano secundário e meramente patrimonial. Com isso, quase nenhum Fórum ou Vara do Trabalho pelo Brasil é dotado de qualquer aparato de segurança fornecido pelo respectivo Tribunal. "Essa preocupação, estritamente patrimonialista, tornou-se insuficiente para conter a escalada e a ascensão da violência, em especial a praticada pelo chamado 'crime organizado', que atinge todas as áreas de atuação do Poder Judiciário", alerta o requerimento.

A necessária isonomia entre os ramos do Judiciário também foi res-

saltada no requerimento da Anamatra, que trouxe precedente do Supremo Tribunal Federal (STF), no qual se sagrou reconhecido o caráter nacional do Poder Judiciário, de maneira que as normas do CNJ devem se pautar pela isonomia plena entre os magistrados, independentemente do ramo de atuação de cada um deles. A previsão constitucional do direito à segurança pública e privada, bem como o fato de não existir dispositivo da Lei Orgânica da Magistratura (Loman) que trate da segurança institucional do Poder Judiciário e de seus juizes também foram ressaltados no pedido de providências. *A*

Revogada a resolução que vedava convocação de juízes para atuarem em corregedorias dos tribunais

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), na sessão do dia 30 de abril, acolheu pleito da Anamatra e revogou, por maioria, a Resolução nº 57, de 03 de dezembro de 2008. O ato do Conselho vedava, no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), a convocação de juiz do Trabalho para auxiliar na execução das atividades de competência das respectivas corregedorias regionais.

Em sua petição ao CSJT, a Anamatra explicitou o apoio da Associação à Resolução nº 72 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo dispositivo expressamente admite a hipótese de convocação de magistrados de primeiro grau para auxiliar os exercentes de cargos de direção dos tribunais.

Outrossim, a Anamatra ressaltou em seu pedido que a convocação dos juízes de primeiro grau para auxiliarem as corregedorias pode contribuir para o cumprimento do disposto na Resolução

também do CNJ nº 70/2009, que cuida do planejamento estratégico e gestão institucional e participativa.

Sobre o mesmo assunto, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em fevereiro deste ano, revogou, a pedido da Anamatra, o provimento nº 01/2008 do órgão, que determinava a imediata cessação de convocação de juiz titular de Vara do Trabalho para auxiliar exercente de cargo de direção de TRT.

CORREGEDORIA-GERAL

Um juiz de primeiro grau será convocado para auxiliar a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a partir do dia 17 de maio. A medida, aprovada na sessão realizada ontem (3/5) pelo Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho (TST), atendeu pleito do corregedor-geral, ministro Carlos Alberto Reis de Paula.

No ato nº 5/2010, que culminou na convocação do juiz Marcos Alberto dos Reis, substituto do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, o ministro Carlos Alberto Reis de Paula lembrou a previsão da Resolução nº 57 do CNJ, que permite que as Corregedorias junto a Tribunais Superiores possam convocar juízes, de acordo com as suas necessidades na forma de ato próprio. Também foi ressaltado pelo ministro Reis de Paula que a convocação é necessária, “principalmente quando se cuida de planejamento estratégico, implantação de processo virtual, tabelas processuais e e-gestão, dentre outras questões”.


Para a Anamatra, a convocação de juízes de primeiro grau para auxílio à presidência, vice-presidência e corregedoria é positiva, tendo bons exemplos de alguns TRTs que já desenvolvem essa experiência. 



Foto: João Alfredo/Ascom TST

CSJT analisa processo que trata de critérios de remoções


O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) iniciou, na sessão do dia 30 de abril, o julgamento do Pedido de Providências da Anamatra em face do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), por afronta aos critérios de remoção por antiguidade. O conselheiro relator, ministro João Oreste Dalazen, conheceu do pedido da entidade, mas negou o pedido de liminar. O conselheiro Carlos Alberto Reis de Paula acompanhou o relator. A votação do processo foi suspensa por um pedido de vista dos conselheiros Maria Cesarineide de Souza Lima e Luis Carlos Cândido Sotero da Silva.

O pleito da Anamatra é no sentido de suspender os artigos 2º e 4º da Re-

solução Administrativa nº 99/2009, de 3/12/2009, do próprio TRT, que estabelecem, respectivamente, que “o juiz do trabalho titular deverá permanecer em efetivo exercício por pelo menos dois anos na Vara em cuja titularidade tenha sido investido por remoção ou permuta” e que “inexistindo juiz do trabalho habilitado na forma dos artigos anteriores, a vaga será preenchida por promoção”.

A Anamatra entende que a resolução afronta dispositivos de lei e da própria Constituição e consolida ilegítima limitação ao exercício do direito de remoção ou permuta no âmbito do TRT de Santa Catarina.

“As normas em questão, destacadamente o mencionado art. 2º,

afrontam, potencial e concretamente, sem a menor sombra de dúvidas, os predicamentos constitucionais dos juízes que atuam na 12ª Região da Justiça do Trabalho, na medida em que, a serem observadas, comprometeriam direito de movimentação horizontal na carreira que lhes é assegurado, respaldado apenas pela antiguidade, tal como consta *ex lege* e é assinado na própria Constituição Federal, sem o óbice que foi instituído por decisão administrativa do TRT catarinense”, ressalta a entidade no documento, ao afirmar que esses limites já foram reconhecidos tanto pelo CSJT quanto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). 

Anamatra prestigia Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, participou no dia 15 de abril da solenidade de abertura do 15º Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), evento que a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) realizou até o dia 17 de abril, no Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, em Brasília. O tema escolhido para o evento foi "Ministério Público do Trabalho: diálogo com os Poderes do Estado e com a Sociedade".

Entre as autoridades presentes na abertura estiveram os ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lelio Bentes Corrêa e Maurício Godinho e o ministro aposentado Luciano de Castilho. A conferência inaugural foi proferida pelo deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), com o tema "O Ministério Público sob a ótica do Poder Legislativo".

"Esse nosso 15º Congresso Nacional tem a pretensão de contribuir de alguma forma para que o Ministério Público do Trabalho continue na vanguarda do movimento que nos levará um dia a ser um verdadeiro Estado Democrático de Direito, instituído por uma sociedade livre, justa, fraterna, solidária e pluralista, fundada na harmonia social, como prevê nossa Carta Magna", afirmou o presidente da ANPT, Fábio Leal, em seu discurso.

"Todo congresso tem a sua relevância, na medida em que reúne diversos



Foto: Ascom ANPT.

colegas para um debate aberto e franco sobre temas que normalmente as pessoas não se debruçam e não fazem a devida reflexão", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, em entrevista à equipe do programa "Trabalho Legal", realizado pelo Ministério Público do Trabalho e a ANPT. Sobre o tema do evento, o magistrado acredita é adequado ao momento em que o Brasil vive. "A democracia está amadurecendo, procurando a sua estabilidade para ser de alta intensidade. E isso só se consegue quando essa harmonia entre os Poderes e os diversos agentes do Estado é construída com laços fortes e vínculos profundos", disse.

Para Luciano Athayde, o bom diálogo entre Poderes resulta em melhorias para a sociedade, a partir do momento em que os atores políticos começam a delimitar melhor quais são os seus papéis. "Habitualmente, o Judiciário é criticado por tentar invadir outros terrenos, por exemplo, do Legislativo, mas quero crer que essa é uma avaliação precoce, porque é natural que em determinado tema um Poder se expanda um pouco mais. E se colocamos o Ministério Público - que exerce uma função institucional relevante na República -, dentro desse debate, disso resulta uma compreensão já de imediato de que essa relação não é rígida. Ela é flexível no tempo e no tema", completou. *A*

Foto: Gil Ferreira/SCO/STF



Presidente da Anamatra comparece à posse dos novos presidente e vice-presidente do STF

Os novos presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministros Cezar Peluso e Ayres Britto, respectivamente, foram empossados no dia 23 de abril para o biênio 2010/2012. A solenidade foi prestigiada pelo presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves.

Ao falar dos novos dirigentes do STF, o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, afirmou que a expectativa dos magistrados é a melhor possível. "Acreditamos que essa renovação é muito saudável sempre para as instituições, seja Judiciário, Executivo e Legislativo. A expectativa que se renova hoje é a de que haja um diálogo institucional e também o progresso, não somente aqui da jurisprudência do Supremo, mas também no avanço institucional do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cuja presidência agora passar a ser do ministro Peluso", afirmou o magistrado, ao analisar que acredita que os desafios são muito grandes para dar continuidade ao trabalho dos antecessores porque a tarefa do CNJ é longa e há muito o que fazer.

A posse contou também com as presenças dos presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva; da Câmara dos Deputados, Michel Temer; e do Senado Federal, José Sarney, e diversas autoridades dos três Poderes da República.

*Com informações do STF *A*

NOTAS

Lei Orgânica do Fisco



Foto: Arquivo Anamatra

O vice-presidente da Anamatra, Renato Sant'Anna, e o presidente da Amatra 10 (DF/TO), Gilberto Martins, estiveram no dia 7 de abril, na Câmara dos Deputados, para a solenidade de abertura do Seminário Lei Orgânica do Fisco. O evento é organizado pelas entidades representantes dos auditores fiscais da Receita Federal e do Trabalho. O convite para a participação da Anamatra no evento foi feito pela presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy (na foto com os dois magistrados). *A*

Prêmio de direitos humanos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entregou no dia 22 de abril, pela primeira vez, a Medalha Joaquim Nabuco de Direitos Humanos em reconhecimento aos serviços prestados em favor dos direitos humanos. Durante a cerimônia – que contou com a presença presidente da Anamatra, Luciano Athayde, e o presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (DF/TO) –, 10 personalidades escolhidas pelos 15 conselheiros do CNJ foram agraciadas. *A*

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado dos presidentes das Amatras 4 (RS), Luiz Colussi, e 17 (ES), Luis Cláudio Branco, prestigiou no dia 6 de abril solenidade no Supremo Tribunal Federal na qual foi instalado o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF). O sistema, previsto em uma Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), vai permitir um acompanhamento das prisões provisórias e internações em andamento no Brasil e permite que cada juiz ou instância judicial saiba o número e os detalhes das prisões sob sua responsabilidade, inclusive gerando relatórios das prisões com base nos prazos. *A*

Posse do novo presidente do TSE

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado dos presidentes das Amatras 2 (SP), 4 (RS) e 10 (DF e TO), Sônia Lacerda, Luiz Colussi e Gilberto Martins, respectivamente, e diversos juízes do Trabalho prestigiaram na noite de do dia 22 de abril a cerimônia de posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, que deve comandar a Corte até abril de 2012. Na mesma cerimônia, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha foi empossada, como vice-presidente. A solenidade contou com a presença dos chefes dos três Poderes.

Em seu primeiro discurso como presidente da Corte, o ministro Lewandowski disse que a Justiça Eleitoral não estimulará a esterilizante judicialização da política para permitir que os próprios atores da cena política resolvam as disputas desde que eles não ultrapassem os limites da legalidade.

“Embora à semelhança da deusa Têmis, esteja a Justiça Eleitoral sempre pronta a brandir a espada, para reequilibrar os pratos da balança que sustenta em suas mãos, ela não estimulará a esterilizante judicialização da política, deixando que seus atores, conquanto não desborem os lindes da legalidade, resolvam as respectivas disputas na arena que lhes é própria, de modo a permitir que a tenra planta da democracia, semeada pelos constituintes de 1988, possa encontrar forças em suas próprias raízes”, afirmou o novo presidente do TSE.

Em seu discurso de despedida, o ministro Ayres Britto defendeu o equilíbrio entre as instituições e disse que a Justiça Eleitoral ficará “em excelentes mãos” sob a presidência do ministro Ricardo Lewandowski, pelo fato de o novo presidente da Corte ser um seguidor atento das normas constitucionais.

* Com informações da Ascom/TSE *A*



Foto: Arquivo Anamatra

3º Congresso Internacional da ALJT discute direitos sociais e crise global



Foto: Kena Mello/Ascom Anamatra 10

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, acompanhado de dirigentes da Anamatra, das Amatras e de diversos juizes do Trabalho, participou, no dia 26 de abril, da abertura do 3º Congresso Latino-Americano de Juizes do Trabalho. O evento, promovido pela Associação Latino-Americana dos Juizes do Trabalho (ALJT), teve como tema "Direitos Sociais: crise global e não regressividade", e se encerrou no dia 27 de abril, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (DF/TO). O congresso contou com o apoio institucional da Anamatra, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das Amatras 4 (RS), 6 (PE), 8 (PA/AP), 9 (PR) e 10 (DF/TO), e o apoio logístico do TRT da 10ª Região e da Escola Judicial da 10ª Região.

Em sua saudação, Luciano Athayde lembrou da importância do evento para os juizes do Trabalho brasileiros e para a própria Anamatra, que apoiou a fundação da ALJT, ainda em 2006. "Depositamos na entidade a desafiante tarefa de ser um organismo supranacional na defesa da independência judicial e do prestígio dos magistrados laborais da América Latina, bem assim dos direitos e valores sociais do Trabalho", disse o presidente.


Sobre a temática do evento, o presidente da Anamatra falou da

importância de qualificar a reflexão jurídica e atuação jurisdicional num ambiente global que ainda experimenta as consequências da crise econômica de 2008, que se propagou, em maior ou menor grau, por todos os países. "Nós, juizes laborais, integramos a grande sociedade aberta de tradutores do Direito, e temos o dever de, em momentos de crise econômica, intensificar o papel de guardião do tecido de proteção social e de dignidade do trabalho", ressaltou o magistrado.

"O progresso social e humano não admite volta ao passado. É dizer: o arcabouço normativo que forma a arquitetura de proteção social só deve observar uma direção: seguir em frente! Em momentos difíceis, numa sociedade do trabalho, costuma-se apontar os caminhos mais curtos para a retirada de direitos e para a precarização. Nesses momentos, temos de fazer escolhas. Mas a direção deve observar a repulsa a certos propósitos que implicam o indesejável retrocesso", afirmou Luciano Athayde, ao fazer menção ao princípio da não regressividade ou do não-retrocesso social, temática discutida pelo evento.

O presidente da ALJT, Hugo Cavalcanti Melo Filho, afirmou que a razão central do evento é proclamar que o direito fundamental ao trabalho é inerente à dignidade humana e

todos os poderes do Estado, incluído o judicial, deveriam acentuar a tutela desse direito. "Crises mundiais, mudanças de paradigmas produtivos, nada terá o condão de alterar essa verdade. A ALJT vem, insistentemente, pronunciando-se nesse sentido e convocando a urgente discussão das consequências jurídicas e sociais da reiterada inobservância desse direito fundamental", disse. "Se este 3º Congresso da ALJT renovar em cada um dos senhores a inquietação com esse terrível quadro, impregnando em nossas almas a indignação, ou, ainda que seja, abrindo em nossas mentes espaço para reflexão sobre essas mazelas, terá alcançado o seu objetivo", afirmou o magistrado.

Além dos presidentes da Anamatra, e da ALJT, compuseram a mesa de abertura o presidente da Amatra 10, Gilberto Martins, a vice-presidente do TRT da 10ª Região, Elaine Vasconcelos, o juiz Mário Caron, vice-coordenador da Escola Judicial da 10ª Região, e Leane Mundim, superintendente regional da Caixa, patrocinadora do evento. Também prestigiaram a solenidade a diretora de aposentados, Cristina Valero, o diretor de formação e cultura, Fabrício Nicolau Nogueira dos Santos, os presidentes das Amatras 4 (RS) e 6 (PE), Luis Colussi e Virgínia Bahia, e a juíza da 6ª Região Carmem Richlin. 

Dirigentes associativos são recebidos pelo ministro do Planejamento

O presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, foi recebido, no dia 27 de abril, pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. Durante o encontro discutiram o orçamento da Justiça do Trabalho para 2011. O magistrado estava acompanhado do diretor de formação e cultura da entidade, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, e do presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 4ª Região (Amatra 4 – RS), Luiz Colussi.

O presidente da Anamatra ressaltou, ainda, na audiência o empenho demonstrado pelo ministro com os temas de interesse dos associados da entidade, especialmente, na questão orçamentária da Justiça do Trabalho.

Na oportunidade, os magistrados entregaram a Paulo Bernardo a Agenda Político-Institucional da Anamatra, que foi lançada no início



Foto: Ilkens Souza/Ascom/Min. do Planejamento

deste mês na Câmara dos Deputados, e o convidaram para o 15º Congresso Nacional dos Magistrados da

Justiça do Trabalho (Conamat), que aconteceu entre os dias 29 de abril e 1º de maio. *At*

LEGISLATIVO

Anamatra participará de audiência pública sobre Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas

A Anamatra participará de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados sobre projeto de lei que trata do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET). A inclusão da Anamatra para discussão da matéria foi sugerida pelo deputado Flávio Dino (PCdoB-MA).

A proposta que será debatida é o Projeto de Lei nº 4597/2004 (tramita apensado a ele o PL nº 6541/06), em data ainda a ser definida.

O requerimento para a realização da audiência foi feito pelo deputado Paulo Magalhães (DEM-BA), que em sua justificativa ressaltou que o processo de execução representa o maior

óbice para obter-se a efetividade de justiça. “Difícilmente o devedor comparece espontaneamente para responder os termos da ação executória ou para pagar o débito líquido e certo. Ao contrário, é comum o devedor utilizar-se de todas as ‘brechas’ jurídicas para protelar a satisfação da sentença condenatória, desacreditando a Justiça”, afirma.

Ainda na opinião do parlamentar, a criação de um fundo de garantia das execuções trabalhistas deve ser precedida de estudos detalhados acerca de suas previsíveis implicações, de suas fontes de financiamento, das situações em que o mesmo pode ser usado e de sua forma de gestão e

de administração, que competirá ao Poder Executivo. Paulo Magalhães ressaltou que a matéria deve ser discutida no âmbito das três esferas do Poder para o aprimoramento proposições – PL n.º 6.541/2006 e PL n.º 4.597/2004 – e, afinal, para o alcance do objetivo colimado na Emenda Constitucional nº 45/2004.

FGET NO SENADO

Também no Senado Federal tramita uma proposição legislativa, sob o nº 246/2005, que trata do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. O texto dessa proposta foi sugerido pela Anamatra. *At*

Anamatra entrega propostas da magistratura do Trabalho ao anteprojeto do novo CPC

O caderno de propostas com sugestões da magistratura do Trabalho para o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) foi entregue no dia 19 de abril ao ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça, que preside a comissão instituída pelo Senado para elaborar a proposta.

O material, que foi elaborado por uma comissão constituída pela Anamatra, foi entregue ao ministro pelo diretor de formação e cultura da entidade, Fabrício Nicolau Nogueira dos Santos. O diretor cultural da Anamatra 9 (PR), Paulo Henrique Kretzschmar e Conti, também esteve presente.

O objetivo da Anamatra é colaborar para o debate do novo CPC tendo em vista a importância desse instituto para o Processo do Trabalho que o utiliza de forma subsidiária.

Entre as propostas sugeridas pela Anamatra está a que estipula a redução de privilégios processuais para a Fazenda Pública. *A*



Foto: Agência Brasil

Audiência pública que discutirá férias dos magistrados é adiada



Foto: Arquivo Anamatra

O direito a férias anuais, individuais e coletivas dos magistrados e membros do Ministério Público, previsto na proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 48/2009, será debatido em audiência pública a ser realizada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) no Senado Federal. A sessão que aconteceria no dia 20 de abril foi adiada devido ao bai-

xo quórum. Ainda não há data para a nova audiência.

O presidente da CCJ, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), afirmou que a discussão da matéria precisa ser feita com urgência. "Não há como realizar audiência de tal envergadura sem a presença de todos os integrantes da Comissão", afirmou o parlamentar.

"O assunto merece esclarecimentos e ampla discussão. A carreira da magistratura, assim como a do Ministério Público, tem peculiaridades, a exemplo da não limitação do horário de trabalho, que justificaram a existência de um estatuto próprio", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, que esteve no Senado, acompanhado do diretor de formação e cultura da entidade, Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira.

São convidados para discutir a matéria na Comissão diversas associações representativas de magistrados e de membros do Ministério Público, a procuradoria-geral da República, a Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros.

PARECER NA CCJ

De acordo com o parecer do relator na comissão, senador Antonio Carlos Valadares, é necessário regulamentar as férias de magistrados e membros do Ministério Público. "Certamente, a regulamentação contribuirá para uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente, tão desejada pela população", afirma o senador no parecer. *A*

Anamatra defende integralidade de aposentadoria para magistrados

A Anamatra defende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 46/2008, que altera o art. 93 da Constituição Federal, prevendo a integralidade e paridade às aposentadorias e pensões dos magistrados, membros do Ministério Público e Defensoria Pública.

A proposta, de autoria do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), aguarda apreciação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Na Comissão, a matéria é relatada pelo senador Marconi Perillo (PSDB/GO), cujo parecer é favorável à aprovação. Em seu relatório, o parlamentar ressalta que a proposta visa corrigir alguns excessos das reformas da previdência, bem como resguardar o princípio da irredutibilidade, uma das garantias da independência do Poder Judiciário.

“Trata-se de retornar àquilo que foi posto na Carta Magna pelo constituinte originário, impedindo que o

Poder Executivo promova alguma forma de amesquinamento da remuneração dos juízes, mesmo na aposentadoria, de modo a comprometer sua independência”, ressalta o relatório do senador Perillo.

Para o diretor de assuntos legislativos da Anamatra, Ary Marimon Filho, a PEC nº 46/2008 estabelece o fim da fratura perpetrada contra a unidade da magistratura, provocada pelas Emendas Constitucionais 20 e 41, que criaram, no âmbito previdenciário, duas categorias distintas de magistrados.

“A Anamatra trabalhará pela aprovação da PEC, apresentando aos parlamentares os fundamentos sólidos e racionais que fundamentam a necessidade de reversão do quadro atual, os quais, inclusive, sustentam duas Adins em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal”, ressalta o magistrado. *A*

GESTÃO JUDICIÁRIA

Planejamento estratégico do Poder Judiciário: Anamatra participa de encontro sobre metas

Integrantes da Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário da Anamatra participaram no dia 14 de abril de evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que reuniu representantes do Poder Judiciário para um workshop com gestores da Meta 3 nos tribunais federais, estaduais e do trabalho; nas procuradorias de Fazenda Pública e nas secretarias de Fazenda dos estados.

A ideia do encontro foi trabalhar na construção conjunta de caminhos que resultem no cumprimento da meta 3, que prevê a redução de pelo menos 10% do acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução; e de 20% do acervo de execuções fiscais, que atualmente chegam a um total aproximado de 40 milhões.

Participaram do encontro o secretário-geral do CNJ, juiz do Trabalho Rubens Curado, e as dirigentes da Anamatra Fátima Stern e Eulaide Lins, que também estava representando o Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

“A Anamatra vem acompanhando o assunto, pugnando pela adoção das metas estruturais como obrigatórias para os tribunais. Se de um lado é importante o planejamento do Poder Judiciário como um todo, não menos importante é o fornecimento de meios estruturais e servidores, com destaque para a sua ne-



Foto: Enap

cessária capacitação. Tais preocupações residem no fato de que é necessária a preservação da saúde do magistrado. O cumprimento de seu dever não pode ter efeitos deletérios sobre a sua saúde e vida pessoal”, afirmou Fátima Stern. Para Eulaide Lins, a participação da Anamatra é de integração junto com os tribunais, conforme proposta do CNJ, que visa buscar mecanismos mais eficientes que viabilizem o acesso à Justiça e a celeridade prestação jurisdicional.

Também participaram do encontro os juízes Áurea Sampaio (Amatra 1), Orlando Tadeu Alcântara (Amatra 3), Carlos Conte (Amatra 9), Ana Cláudia Scavuzzi Magno Baptista (Amatra 5), Virginia Bahia (Amatra 6), Alessandro Tristão (Amatra 15) e Leonardo Ely (Amatra 24). Diversos presidentes

de TRTs estiveram presentes, além da desembargadora Eneida Melo, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 6ª Região, coordenadora do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor).

COMISSÃO DE ESTUDOS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E METAS DO JUDICIÁRIO

A Anamatra instituiu a Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário para atuar em auxílio aos objetivos da entidade junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

META 3

Aprovada como uma das 10 metas prioritárias para 2010 durante o 3º Encontro Nacional do Judiciário – realizado no último mês de fevereiro, em São Paulo (SP) –, a Meta 3 considera, entre os processos em fase de cumprimento ou execução, aqueles de execução nos juizados da infância e da juventude, nas áreas cíveis e do trabalho, em ações rescisórias, em mandados de segurança, em medidas cautelares e em sentenças estrangeiras.

*Com informações do CNJ *A*

Anamatra discute metas do Judiciário para 2010

A Comissão de Estudos de Planejamento Estratégico e Metas do Judiciário, formada pela Anamatra para atuar em auxílio aos objetivos da entidade junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), reuniu-se pela primeira no dia 15 de abril, na sede da entidade em Brasília.

Participaram da reunião os juizes Renato Henry Sant'Anna, vice-presidente da Anamatra, Nêlie Perbeils, diretora de comunicação, Gabriel Napoleão Velloso Filho, diretor de cidadania e direitos humanos e representante da Amatra 8, Eulaide Lins, integrante do Conselho Fiscal, Alessandro Tristão (Amatra 15), Ana Cláudia Scavuzzi Magno Baptista (Amatra 5), Virginia Bahia (Amatra 6) e Manoel Veloso Sobrinho (Amatra 16). Também integram a comissão a secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, e o juiz Lindinaldo Marinho (Amatra 13).

"A Anamatra está preocupada em verificar quais são as dificuldades de cada Região para o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ", afirma o juiz Alessandro Tristão, ao explicar que a comissão deve apresentar ao Conselho sugestões nesse sentido.

Para o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, que acompanhou os debates, é necessária e

importante a efetiva participação das Associações Regionais (Amatras) no planejamento estratégico dos tribunais, conforme garantiu a Resolução nº 70 do CNJ.

"A Comissão busca o desenvolvimento de um pensamento crítico para a proposição de metas que sejam prioritárias na visão dos associados da Anamatra", afirmou o magistrado, ao ressaltar que é necessário, por exemplo, uma maior preocupação do Conselho com os objetivos estratégicos pertinentes à questão da infraestrutura e da melhoria das condições de trabalho.

"Para que o planejamento estratégico no Poder Judiciário tenha sucesso é necessário uma maior democratização de todos os agentes envolvidos em sua formulação e acompanhamento", completou o juiz Gabriel Velloso Filho.

Entre as deliberações da reunião estão a realização de uma pesquisa entre os associados da Anamatra sobre as metas 1, 2 e 3 (julgamento e execução), bem como uma análise propositiva do planejamento estratégico elaborado pelos tribunais.

REQUERIMENTO

Ao fim da reunião, a Comissão elaborou requerimento, que será enviado ao presidente do Conselho Nacio-

nal de Justiça (CNJ), com o objetivo de assegurar o cumprimento da Resolução nº 70 do Conselho, no que tange a participação associativa.

No documento, a Anamatra requer que o CNJ solicite aos tribunais a participação efetiva das associações regionais (Amatras) em quaisquer comissões ou grupos de discussões pertinentes ao planejamento estratégico e à elaboração e execução orçamentária, bem como que seja vedada a realização de reuniões sobre o tema sem a convocação dos representantes indicados pelas associações. A Anamatra também solicita que a entidade nacional, bem como as Amatras sejam convidadas e possam participar das reuniões nacionais e nos workshops sobre o planejamento e orçamento.

"O objetivo de engajamento de todos os agentes envolvidos na formulação e acompanhamento do planejamento estratégico, necessário ao sucesso do programa, tem encontrado obstáculos à sua efetividade na Justiça do Trabalho, dada a multiplicidade das soluções encontradas nos Tribunais Regionais, em fórmulas que por vezes frustram a efetiva participação dos magistrados, em prejuízo da democratização necessária ao sucesso do planejamento estratégico no Poder Judiciário", explica o requerimento. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

Comissão discute saúde da magistratura

Foto: Bruno Santos/Ascom Anamatra 3



Magistrados do Trabalho integrantes da comissão instituída pela Anamatra para debater o tema Saúde da Magistratura reuniram-se no dia 7 de abril na sede da Amatra 3 (MG), em Belo Horizonte. A reunião contou com a presença da secretária-geral da Anamatra, Fátima Stern, do diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos, Germano Siqueira, do desembargador do Trabalho da 3ª Região Sebastião Geraldo de Oliveira, do presidente da Amatra 3, João Bosco Coura, e da psicóloga da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Juliana Oliveira.

Na ocasião, os magistrados tiveram conversa preliminar com a professora Ada Ávila Assunção, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que apresentou proposta de metodologia para realização de uma pesquisa para identificar as dimensões que envolvem a saúde do magistrado do Trabalho em seu aspecto funcional. “É importante a realização do trabalho por uma instituição tradicional na área acadêmica para que a pesquisa ganhe credibilidade”, ressalta a juíza Fátima Stern.

O objetivo da Anamatra com a realização da pesquisa é, a partir dos resultados, apresentar sugestões de ações concretas ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

COMISSÃO SAÚDE DO JUIZ

A Comissão de Saúde do Juiz foi instituída por meio da Portaria Anamatra nº 4/10 e é integrada pelos diretores da Anamatra Fátima Stern, secretária-geral, Germano Siqueira, diretor de prerrogativas e assuntos jurídicos, e Ribamar Oliveira Júnior, diretor de informática, e pelos juízes Sebastião Geraldo de Oliveira (Amatra 3) e Francisco Alberto Giordani (Amatra 15), além da colaboração da psicóloga da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região Juliana Oliveira. *A*

Magistrados e procuradores têm aula de metodologia no curso de especialização em Direitos Humanos

Os juízes e procuradores do Trabalho que fazem parte da 2ª turma do “Curso de Especialização em Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Globalização e Direitos” da Universidade Pablo de Olavide (UPO) assistiram no dia 9 de abril à aula de metodologia.

O diretor de informática da Anamatra, José Rimar Oliveira Lima Júnior, deu as boas-vindas aos participantes. “A realização desse curso é muito importante para aprimorar os conhecimentos jurídicos”, afirmou o magistrado.

Em seguida, a coordenadora acadêmica da especialização, juíza do Trabalho da 15ª Região Luciana Caplan, deu início aos trabalhos afirmando que a ideia de fazer o curso de metodologia, que não estava previsto na primeira turma, é uma exigência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). “Independentemente de haver a exigência legal, a realização dessa disciplina é essencial para quem não está habituado a escrever, para que não tenha problemas quando for fazer os trabalhos”, afirmou a coordenadora.

O curso é direcionado e adaptado especialmente para atender ao público de magistrados e procuradores do Trabalho que, pelo exercício de suas atividades, estão em permanente enfrentamento com a temática dos direitos humanos e com a luta pela dignidade humana. A parceria entre as instituições promotoras do curso funda-se na ex-



Foto: Arquivo Anamatra

periência, tradição e metodologia do “Programa Máster y Doctorado em Derechos Humanos y Desarrollo”, da UPO.

O curso, que acontecerá em três semestres letivos, será certificado como Master pelo Colégio de América de La Universidad Pablo de Olavide e convalidado como Especialização pelas Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil.

A realização do curso é uma parceria da Universidade Pablo de Olavide (UPO), da Anamatra, da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e de outras instituições. *A*

Anamatra homenageia o juiz do Trabalho Rubens Curado

A Diretoria Executiva e o Conselho de Representantes da Anamatra homenagearam, dia 28 de abril, durante a reunião do colegiado, o juiz do Trabalho Rubens Curado, por sua atuação à frente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde exerceu os cargos de secretário-geral e de juiz auxiliar da presidência. "Trata-se de uma oportunidade histórica, como presidente do Conselho", afirmou o presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves.

Ao homenagear Rubens Curado, o presidente da Anamatra falou dos testemunhos de vários juízes do Trabalho, inclusive de presidentes de tribunais, sobre o trabalho de destaque do magistrado, à frente da secretaria-geral do CNJ. "Você, de maneira absolutamente tranquila, serena e desenvolta, inclusive em temas que não estão dentro da agenda da Justiça do Trabalho, capitaneou diversos projetos", ressaltou Luciano Athayde, ao destacar o que considerou o maior desafio de Curado à frente do CNJ, com o apoio do ministro Gilmar Mendes, então presidente do Conselho, que foi o planejamento estratégico do Poder Judiciário, o que incluiu a direção dos trabalhos em workshops e Encontros Nacionais do Poder Judiciário.

Luciano Athayde também lembrou de recente da homenagem feita a Rubens Curado pelo CNJ. "Naquela ocasião, o ministro Gilmar Mendes falou que a Justiça do Trabalho deveria ter orgulho da presença do Rubens Curado em seus quadros", lembrou. "Foi um momento também feliz para mim, que tive a oportunidade, nesse primeiro ano de mandato, de contar com a sua parceria sempre leal. Uma lealdade recíproca", disse o presidente da Anamatra, que também reconheceu a preocupação, o apoio e a parceria de Rubens Curado na solução de questões orçamentárias da magistratura do Trabalho. "Mas a homenagem ao Rubens não é apenas em função da solução desse momento específico, mas de toda trajetória dele dentro do CNJ", disse.

Durante sua intervenção, o presidente da Anamatra também falou da importância da participação dos



Foto: Arquivo Anamatra

magistrados na gestão judiciária. "Nós acreditamos em um Judiciário governado por juízes. Não iremos a reboque de decisões que não sejam de juízes. Porque essa é uma conquista brasileira", disse, ao lembrar que em outros países, como a Espanha e a Argentina, não há essa regência dos magistrados. "O Brasil tem o hábito de dizer que o juiz não foi feito para administrar, mas isso está mudando. O CNJ construiu de maneira ousada uma secretaria administrada por juízes, o que já foi um avanço", afirmou Luciano Athayde, que falou de seu orgulho de ver um juiz do Trabalho de primeiro grau à frente da secretaria-geral do CNJ. "Fiquei feliz como magistrado e como cidadão. Tenho lutado, incessantemente, para que os tribunais sejam o reflexo de sua magistratura e não da burocracia. Prestamos uma homenagem aquele que soube ocupar o espaço com galardia, serenidade e profunda eficiência", finalizou o presidente.

"SINTO ORGULHO DE NOSSA ASSOCIAÇÃO"

Ao agradecer a homenagem, Rubens Curado falou da importância do movimento associativo. "Sinto orgulho de nossa associação, a Anamatra", disse, ao registrar também o trabalho do presidente da entidade, Luciano Athayde Chaves. "Nosso presidente tem esse espírito de participação e crítica construtiva, que vai muito além do corporativismo e do associativismo", disse Rubens Cura-

do, ao lembrar a intervenção feita pelo presidente, durante o painel reservado para as associações, no 3º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em São Paulo, no mês de fevereiro.

Rubens Curado também falou da importância da participação das associações e da magistratura no planejamento estratégico do Poder Judiciário, conforme previsto na Resolução nº 70 do CNJ. "O papel das associações hoje é muito mais amplo do que era há tempos atrás," afirmou o magistrado, ao

lembrar da atuação das entidades de classe e da magistratura como um todo nas discussões de questões envolvendo o orçamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, entre outros.

"Foi uma honra atuar no CNJ e contribuir para o aperfeiçoamento do Judiciário como um todo", disse o magistrado. "Quanto a gente tem a oportunidade de realizar um trabalho como esse, temos a obrigação de fazer o melhor", disse, ao lembrar os seus três anos, um mês e dezessete dias de trabalho no Conselho, incluindo o período em que atuou como juiz auxiliar da presidência. "Espero ter contribuído para a melhoria da magistratura, da instituição, e quem sabe ainda continuarei a contribuir", disse, finalizando sobre sua expectativa de retorno à atividade judicante. "É minha carreira, é lá que me realizo", completou.

O juiz do Trabalho Rubens Curado assumiu a secretaria-geral do CNJ em abril de 2009, cargo que deixou este mês. Na secretaria, além de ficar responsável pela condução dos trabalhos administrativos do Conselho e a secretaria das sessões plenárias, coordenou diversos projetos, como o desenvolvimento do planejamento estratégico do Judiciário, a organização das metas prioritárias e a realização dos encontros nacionais do Judiciário. Anteriormente, atuou durante dois anos como juiz auxiliar da presidência do Conselho, onde assumiu a coordenação de trabalhos como as tabelas unificadas, a numeração única e a tabela nacional de bens apreendidos. *A*

Anamatra prestigia instalação de comissão que discutirá fim da contribuição previdenciária para servidores inativos



Fotos: Arquivo Anamatra

A diretora de aposentados da Anamatra, Cristina Ottoni Valero, participou no dia 7 de abril da sessão de instalação da comissão especial da Câmara dos Deputados, destinada a analisar o fim da contribuição previdenciária para os servidores inativos, conforme prevê a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 555/2006. A presidente da Anamatra 2 (SP), Sônia Lacerda, também esteve presente.

No dia 14 de abril, a dirigente também esteve na sessão da comissão, acompanhada do presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 13ª Região (Amatra 13-PB), André Cavalcanti. Nas duas ocasiões, os magistrados levaram a posição da Anamatra acerca do assunto aos parlamentares que compõem a comissão, entre eles, os deputados (fotos abaixo) Rômulo Gouveia (PSDB-PB), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Regis de Oliveira (PSC-SP), além do presidente e do relator da comissão, deputados

Marçal Filho (PMDB-MS) e Luiz Alberto (PT-BA), respectivamente.

A PEC de autoria do ex-deputado Carlos Mota propõe a revogação do art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/2003, extinguindo a cobrança da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas, com o objetivo de restabelecer a situação já consolidada antes da promulgação da Emenda. "O pleito é pelo restabelecimento da situação de quem já era pensionista ou estava aposentado", ressalta nota técnica da Anamatra, entregue aos deputados integrantes da Comissão.

A diretora de aposentados comemorou a instalação e afirmou que esse é um importante passo já que começam a contar os prazos para apresentação de emendas e relatórios, para posterior apreciação do plenário da Câmara. "A Anamatra continuará na defesa pela aprovação dessa PEC para corrigir essa distorção a que foram

submetidos os aposentados", ressaltou a magistrada.

A comissão, que é formada por 17 titulares, em número igual ao de suplentes, realizará audiências com a presença de integrantes dos Ministérios da Previdência e do Planejamento e de diversas entidades, como a Anamatra.

O presidente da comissão ao afirmar que os aposentados vêm sendo os grandes injustiçados, disse que já tem se inteirado do assunto, e que inclusive já realizou um seminário sobre o tema em seu estado.

Já o relator, deputado Luiz Alberto, ressaltou que estará atento para relatar a matéria que, segundo ele, é polêmica. "Quero produzir um relatório que responda às expectativas dos servidores e do país", disse o parlamentar, ao registrar que pedirá a colaboração de todos que têm interesse em debater a questão, como as entidades que estavam na instalação da comissão, a exemplo da Anamatra. *At*



Amatra 13 leva cidadania a educadores do PETI

A Associação dos Magistrados do Trabalho da 13ª Região (Amatra 13) realizou, no dia 12 de abril, uma capacitação para cerca de 25 educadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O encontro, realizado na Escola Piollim, em João Pessoa, contou com a orientação do juiz do Trabalho Antônio Cavalcanti da Costa Neto, que falou sobre "Educação para os direitos humanos e garantias fundamentais".

"O tema deste encontro com os educadores do Peti é amplo e complexo. Porém não é estranho à nossa realidade. Ao contrário, faz parte do nosso dia-a-dia, mesmo que não se tenha consciência disso. Por isso, é importante que o estudo sobre educação para os direitos humanos e direitos e garantias fundamentais seja voltado para a reflexão sobre os conflitos da vida em sociedade e sobre os caminhos para resolver esses conflitos", comentou Antônio Cavalcanti. O magistrado acredita que a forma escolhida para tratar o assunto seja proveitosa para todos.

Para o juiz convidado, Antônio Cavalcanti, o tema direitos humanos é bem conhecido, já que o magistrado está concluindo Mestrado nessa área, na UFPB. O magistrado se autodenomina "militante social" e, além da formação em Direito, também é professor. "Já realizei vários trabalhos com comunidades e, quando recebi o convite da Amatra 13, fiquei muito empolgado em participar", comentou. Para Antônio, "o juiz tem uma função social que vai muito além de sua função jurisdicional".

O evento consolida mais uma etapa do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania no Estado da Paraíba. O programa, lançado pela Associação Nacional de Magistrados do Trabalho (Anamatra), está sendo disseminado em vários Estados, com a finalidade de transmitir conhecimentos e aproximar o Poder Judiciário da sociedade. As ações regionais estão sendo implementadas pelas Amatras, visando semear noções básicas sobre Direito do Trabalho, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, ética e cidadania.

Na Paraíba, os juízes do Trabalho se comprometeram, através da Amatra 13, a capacitar multiplicadores de conhecimento, atingindo crianças e adolescentes atendidos pelo Peti. Segundo a juíza Nayara Queiroz Mota de Sousa, coordenadora do programa na Paraíba, "é importante para o Poder Judiciário manter o contato com a sociedade, por tal motivo,



Foto: Arquivo Amatra 13

a Amatra 13 se dedica ao desenvolvimento deste projeto". Segundo Nayara, "já estão programados mais nove encontros mensais para este ano, todos com educadores do Peti que podem disseminar os esclarecimentos aqui repassados pelos juízes do Trabalho, levando conhecimentos importantes para nossas crianças e adolescentes", assegurou.

Para o presidente da Amatra 13, juiz André Machado Cavalcanti, a parceria da entidade com o Peti, através da qual os juízes se dispõem a capacitar os educadores do programa, "é muito gratificante, pois esta Associação entende que o conhecimento é essencial para se exercer a cidadania. Através de noções do Direito do Trabalho e Direitos Humanos, entre outros, crianças e adolescentes saberão melhor como exercer sua própria cidadania", afirmou.

O coordenador do Peti em João Pessoa, Adriano Dias de Araújo, agradeceu a iniciativa da Amatra 13, parabenizando os juízes do Trabalho pela disponibilidade para capacitar os educadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. "Os 25 educadores que hoje aqui se encontram representam oito (8) núcleos do PETI, eles podem transmitir o conhecimento hoje adquirido para cerca de 640 adolescentes", informou Adriano.

Através dos nove encontros previstos para ocorrer ainda este ano, o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania despertará em um bom número de adolescentes paraibanos a consciência em relação aos assuntos relacionados à cidadania e aos seus direitos e deveres. *A*

Amatra 23 prepara multiplicadores para o Programa

Mais de 400 alunos da Escola Fundação Bradesco de Cuiabá (MT) receberão noções de cidadania e Direito do Trabalho, a partir do convênio firmado pela instituição com a Amatra 23 para aplicação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). A escola atende à população dos bairros Jardim Vitória e Florianópolis, em região carente da capital mato-grossense. O Programa será aplicado em alunos de 13 a 18 anos.

No mês de fevereiro, foi dado início ao Curso de Multiplicadores, no qual cerca de 20 educadores começaram a qualificação para participar do Programa. Os encontros contam com a participação de juízes do Trabalho, de Direito, procuradores federais, entre outros profissionais do Direito.

Na Amatra 23, o TJC tem a coordenação das juízas Carla Leal e Roseli Xocaira (foto). "Esperamos levar aos jovens noções de cidadania e prepará-los para atuar no mundo do trabalho, conscientizando-os de seus direitos e deveres", afirma Carla Leal, que é presidente da Amatra 23 e diretora de eventos e convênios da Anamatra. *A*

Foto: Arquivo Escola Fundação Bradesco



TJC fará sensibilização de gestores escolares em Salvador

Fotos:Ascom/Amatra5



As próximas reuniões das Diretorias Regionais de Educação (Direc) serão decisivas para o redimensionamento do Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC) na Bahia. Nos dois encontros programados para o mês de maio, será realizada a etapa de sensibilização do TJC voltada aos gestores das 303 unidades escolares da rede pública estadual de ensino da Região Metropolitana de Salvador. No segundo semestre, a Amatra 5 irá capacitar os professores das escolas que aderirem ao programa.

Tida como o pontapé inicial para o processo de universalização do TJC em toda a rede estadual – proposto pelo secretário de Educação, Osvaldo

Barreto –, a medida foi deliberada na tarde do dia 19 de abril, em reunião realizada na sede da Secretaria da Educação, com a coordenadora Estadual do TJC, juíza Soraya Gesteira, a integrante do núcleo do TJC de Salvador, Alice Braga, o superintendente de Desenvolvimento da Educação Básica, Nildon Pitombo, e a articuladora da Área de Educação e Direitos Humanos da SEC, Ana Elizabeth Costa Gomes. Também participaram do encontro a assessora de planejamento da SEC Olímpia Gordiano, e as técnicas pedagógicas Isabele Francisca e Ediane Barreto.

Na reunião, ficou decidido ainda que o foco das ações do TJC será

restrito aos alunos do ensino médio, EJA e Topa, que a capacitação será voltada preferencialmente aos professores com dedicação semanal de 40h e que os gestores terão de se comprometer em mobilizar um mínimo de 10% dos educadores de suas respectivas escolas. Uma nova reunião entre representantes da Amatra 5 e Secretaria já está agendada para o dia 25 de maio.

Itapetinga

A 620km a sudoeste da capital baiana, o TJC em Itapetinga promoveu o II Seminário de Capacitação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), que reuniu 250 professores no auditório da Câmara Municipal, no mês de abril, e foi coordenado juíza titular da Vara do Trabalho de Itapetinga, Rosemeire Fernandes.

Ao todo foram 20 horas de curso com palestras sobre trabalho infantil, segurança no trabalho, relações previdenciárias, violência doméstica contra a mulher, Direito do Trabalho, Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras.

Além das palestras e debates, foram realizadas apresentações artísticas do cantor Juá da Bahia, do Coral Canto das Artes, o divertido Teatro de Bonecos “O Drama de Drica” e o comovido sarau poético do coordenador de cultura de Itapetinga, Maurício Gomes, que declamou “Realidade em erre” e a “A voz do Poeta”, de sua autoria, e “É Proibido”, do chileno Pablo Neruda. *A*



CORREIO BRAZILIENSE

Artigo do presidente da Anamatra é destaque no jornal Correio Braziliense

O jornal Correio Braziliense publicou na edição do dia 29 de abril, na editoria de “Opinião”, artigo de autoria do presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, sobre o Dia Mundial do Trabalho. No texto, o magistrado destaca como a Justiça do Trabalho vem tentando oferecer uma prestação jurisdicional eficiente e célere. Nesse sentido, Luciano Athayde aborda também os temas discutidos durante o 15º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), que aconteceu em Brasília, de 28 de abril a 1º de maio. Confira a íntegra do texto:

1º de maio: superando barreiras

*Luciano Athayde Chaves

A Justiça do Trabalho brasileira, ao longo de sua história, vem tentando oferecer uma prestação jurisdicional eficiente e célere aos olhos da sociedade e dos próprios atores do Poder Judiciário. E os desafios contemporâneos descortinam barreiras a serem superadas.

Neste 1º de maio, quando comemoraremos pouco mais de 120 anos da instituição do Dia Mundial do Trabalho, novamente reflexões surgem sobre o cenário brasileiro a respeito do acesso à Justiça e da efetividade do direito do trabalho. Do ponto do acesso, é preciso reconhecer a necessidade de avanços, mesmo que tenhamos — conforme o estudo “Justiça em números”, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça —, dados excelentes, comparados aos dos outros segmentos do Poder Judiciário.

Porém, para que o acesso e a efetividade da jurisdição trabalhista alcancem a excelência que tanto almejam, não se pode perder de vista o fato de que ainda temos grande déficit no que diz respeito à aplicação da legislação laboral no país. Alguns números sobre a realidade do trabalhador, a exemplo dos divulgados em fevereiro pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), ilustram bem a realidade

do mundo do trabalho no Brasil e nos colocam em estado de alerta.

Em 2008, como revelou o estudo, o Brasil registrou a presença de 92,4 milhões de ocupados nos pequenos empreendimentos. Desse universo, ainda de acordo com o Ipea, 60,8 milhões estavam submetidos ao emprego assalariado, sendo 40,1 milhões com carteira assinada e 20,7 milhões sem contrato formal.

A questão de trabalhadores sem registro profissional parece já estar arraigada no costume de nossa sociedade e é apenas um dos problemas a ser superado. Devemos extrair dessas estatísticas objetivos capazes de permear os debates por melhorias sociais, a começar por políticas públicas de integração dessa força de trabalho no mercado formal, com garantias de seguridade social no presente e no futuro.


Não olvidado que se discutem reformas na legislação, no escopo de se produzirem melhores resultados sociais de sua aplicação. Um exemplo é a proposta de redução em quatro horas da jornada de trabalho no Brasil, que ora é motivo de intensas discussões e sobre a qual parece não haver, por ora, consenso. Ainda que o andamento dessa matéria prospere, ela deve ser pensada tendo em conta as assimetrias do mer-

cado de trabalho e do mercado produtivo. A discussão pode estar presente em determinados setores independentemente de proposta de emenda constitucional. Uma convenção coletiva, por exemplo, pode reduzir a jornada de certa categoria, sem sequer se cogitar em perdas de produtividade, desde que as categorias profissional e econômica assim estabeleçam.

Não obstante esse debate, precisamos construir uma agenda que vá ao encontro dos anseios mais urgentes dos atores do mundo do trabalho, e que contemple aspectos materiais da legislação, mas também potenciais de efetividade extrajudiciais e judiciais.

No sentido de aprimorar essa discussão e colaborar na construção dessa agenda, juízes do Trabalho debatem questões que perpassam o mundo do trabalho e até mesmo influenciam a atividade judicante, como o ativismo judicial e a separação de poderes; as relações coletivas de trabalho e a democracia; o processo do trabalho e o princípio fundamental da duração razoável; o processo virtual; e a gestão judiciária. Esses temas fazem parte do 15º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat), realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e pela Associação dos Magistrados do Trabalho da 10ª Região.

A magistratura trabalhista quer dar uma resposta à sociedade naquilo que lhe é essencial estar presente, ainda mais quando, em data tão significativa como o 1º de maio, estaremos reunidos em busca de soluções para uma agenda de grandes demandas sociais.

Debater todas essas questões, que certamente afetam número tão significativo de pessoas, é fundamental para fazer do 1º de maio uma data mais do que simbólica, buscando um ponto de mutação na produção de novos saberes e novas práticas na concretização de direitos sociais. 

* LUCIANO ATHAYDE CHAVES
Presidente da Associação Nacional
dos Magistrados da Justiça do
Trabalho (Anamatra)

A Constituição,
o Trabalho e a
Democracia:
Tensões e
Perspectivas



XV Conamat

CONGRESSO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Confira, na edição nº 59 da Revista Anamatra, que será publicada no mês de junho, o encarte especial com a cobertura completa da realização do 15º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Conamat). O evento aconteceu entre os dias 28 de abril e 1º de maio, em Brasília, e reuniu 700 pessoas, sendo cerca de 600 delas magistrados do Trabalho.

A 15ª edição do Conamat debateu o ativismo judicial e a separação de poderes; as relações coletivas de trabalho e democracia; o processo do trabalho e o princípio fundamental da duração razoável; o processo virtual: tensões entre a eficiência e o exercício de direitos fundamentais; e a gestão judiciária.

O evento foi realizado pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Amatra 10-DF/TO).

